CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2025

LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO SRP 002/2025/ Processo: 014/2025**

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de veículos para atender as necessidades do município de Caridade do Piauí e suas secretarias, COM ESTIMATIVA PARA 2025.

O **MUNICÍPIO DE CARIDADE DO PIAUÍ - PI**, com sede na Rua João José de Sousa, s/n, Centro, Caridade do Piauí - PI, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.612.575/0001-28, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito(a) **Cleivanilson José de Carvalho**, portador(a) do CPF nº 805.261.953-04 e RG nº 1.668.709 SSP-PI, doravante denominado **CONTRATANTE**, e empresa **R6 CONSTRUCOES E LOCACOES LTDA - EPP**, com sede a Rua Professora Zefinha Ferraz, 254, sala 01, Monte Castelo, cidade de Teresina-PI, CEP: 64.017-250, E-mail: r6construcoesloc@gmail.com, Tel: (86) 98907-0946, inscrita no **CNPJ sob o nº 21.430.072/0001-49**, Insc. Est. nº 19.742.747-2, adiante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Regiano Oliveira de Jesus, brasileiro, natural da cidade de Tucano - BA, nascido em 22/08/1977, Solteiro, Empresário, CPF/MF sob o nº 279.113.978-80, cédula de identidade RG nº 566305367 SSP/PI, , doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Pregão Eletrônico SRP nº 002/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de veículos para atender as necessidades do município de Caridade do Piauí-PI e suas secretarias, com estimativa para 2025, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

EMPRESA: R6 CONSTRUCOES E LOCACOES LTDA - EPP
CNPJ: 21.430.072/0001-49, Insc. Est. nº 19.742.747-2
ENDEREÇO: Rua Professora Zefinha Ferraz, 254, sala 01, Monte Castelo, cidade de Teresina-PI, CEP: 64.017-250
REPRESENTANTE: REGIANO OLIVEIRA DE JESUS
E-MAIL: r6construcoesloc@gmail.com, Tel: (86) 98907-0946

Item	Descrição	und	quant	Valor Unitário	Valor Total
1	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE , SENDO: 4X4, CABINE DUPLA, MODELOS DE REFERÊNCIA: , SW4,TRAILBLAZER OU SIMILAR, FABRICAÇÃO NACIONAL, A PARTIR DO ANO 2020 OU MAIS RECENTE, VEÍCULO MOVIDO A DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 180 CV, CÂMBIO COM 6 (SEIS) MARCHAS À FRENTE E UMA À RÉ, MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ASSISTIDA, HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, VIDROS INTELIGENTES (LEVANTAM QUANDO O ALARME É ACIONADO) E TRAVAS ELÉTRICAS, ALARME, FUMÊ NOS VIDROS, AR-CONDICIONADO, SOM COM ENTRADA USB E BLUETOOTH, FREIO A DISCO NAS RODAS DIANTEIRAS COM ABS E EBD, PROTETOR DE CARTER, JOGO DE TAPETES, RODA PADRÃO R16 OU R17, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 1.000 KG - GABINETE DO PREFEITO	SV	12	12.596,00	151.152,00
2	Locação de Veículo caminhonete (tipo pick-up), cabine dupla sem motorista,	SV	12	9.299,00	111.588,00

Deus Seja Louvado!

	MODELOS DE REFERÊNCIA: S10, HILUX, L200 OU SIMILAR, sem fornecimento de combustível, capacidade para cinco pessoas, 4 portas laterais, Motor, no mínimo 1.6 cilindrada, diesel, no mínimo 04 (quatro) cilindros, torque mínimo de 16,2 kgmf e potência mínima de 118 (cento e dezoito) cv, com injeção eletrônica, capacidade de carga de no mínimo 650 kg, direção hidráulica ou elétrica, airbags, freio ABS, ar condicionado (quente e frio), transmissão manual ou automática de no mínimo 5 marchas e 1 a ré, em bom estado de conservação, manutenção por conta da contratada, sem motorista - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
3	Locação de Veículo caminhonete (tipo pick-up), 4x4, cabine dupla, ar-condicionado, motor potência mínima 204 CV, 4 portas, combustível diesel, capacidade mínima de carga 500kg, em bom estado de conservação, manutenção por conta da contratada, sem fornecimento de combustível, sem motorista, modelos de referência S10, HILUX, L200 ou similar. - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SV	12	9.819,00	117.828,00
4	Locação de Veículo caminhonete (tipo pick-up), cabine dupla sem motorista, MODELOS DE REFERÊNCIA: S10, HILUX, L200 OU SIMILAR, sem fornecimento de combustível, capacidade para cinco pessoas, 4 portas laterais, Motor, no mínimo 1.6 cilindrada, diesel, no mínimo 04 (quatro) cilindros, torque mínimo de 16,2 kgmf e potência mínima de 118 (cento e dezoito) cv, com injeção eletrônica, capacidade de carga de no mínimo 650 kg, direção hidráulica ou elétrica, airbags, freio ABS, ar condicionado (quente e frio), transmissão manual ou automática de no mínimo 5 marchas e 1 a ré, em bom estado de conservação, manutenção por conta da contratada, sem motorista - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SV	12	10.047,00	120.564,00
5	Locação de Veículo caminhonete (tipo pick-up), cabine dupla sem motorista, MODELOS DE REFERÊNCIA: S10, HILUX, L200 OU SIMILAR, sem fornecimento de combustível, capacidade para cinco pessoas, 4 portas laterais, Motor, no mínimo 1.6 cilindrada, diesel, no mínimo 04 (quatro) cilindros, torque mínimo de 16,2 kgmf e potência mínima de 118 (cento e dezoito) cv, com injeção eletrônica, capacidade de carga de no mínimo 650 kg, direção hidráulica ou elétrica, airbags, freio ABS, ar-condicionado (quente e frio), transmissão manual ou automática de no mínimo 5 marchas e 1 a ré, em bom estado de conservação, manutenção por conta da contratada, sem motorista - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SV	12	9.740,00	116.880,00
6	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE , SENDO: 4X4, CABINE DUPLA, MODELOS DE REFERÊNCIA: , SW4,TRAILBLAZER OU SIMILAR, FABRICAÇÃO NACIONAL, A PARTIR DO ANO 2020 OU MAIS RECENTE, VEÍCULO MOVIDO A DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 180 CV, CÂMBIO COM 6 (SEIS) MARCHAS À FRENTE E UMA À RÉ, MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ASSISTIDA, HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, VIDROS INTELIGENTES (LEVANTAM QUANDO O ALARME É ACIONADO) E TRAVAS ELÉTRICAS, ALARME, FUMÊ NOS VIDROS, AR-CONDICIONADO, SOM COM ENTRADA USB E BLUETOOTH, FREIO A DISCO NAS RODAS DIANTEIRAS COM ABS E EBD, PROTETOR DE CARTER, JOGO DE TAPETES, RODA PADRÃO R16 OU R17, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 1.000 KG - SECRETARIA MUNICPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	SV	12	12.596,00	151.152,00
7	LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICK-UP, (D20, F1000 ou similar) categoria intermediária, movido a diesel(combustível), possuir todos os itens regulamentares de segurança, com potência mínima de 120 HP, motor à diesel, capacidade mínima de 1500 Kg de fabricação nacional, dotado de todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito e suas alterações. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	SV	12	6.332,00	75.984,00
8	Locação de veículo leve de fabricação nacional, câmbio manual, motor flex a partir de 1.0, com 04 (quatro) portas, capacidade mínima para 05 (cinco) pessoas, equipado com todos os itens básicos de série e itens regulamentares de segurança, ar condicionado, direção hidráulica, pneus novos, documentação em ordem, sem motorista, com quilometragem livre, com ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidros e trava elétrica nas portas, sistema de alarme, airbags dianteiros (motorista e passageiro), sistema de freios ABS, película de acordo com a legislação, protetor de cárter, equipamento de som AM/FM/MP3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SV	12	3.649,00	43.788,00
9	Locação de veículo leve de fabricação nacional, câmbio manual, motor flex a partir de 1.0, com 04 (quatro) portas, capacidade mínima para 05 (cinco) pessoas, equipado com todos os itens básicos de série e itens regulamentares	SV	12	3.775,00	45.300,00

	de segurança, ar condicionado, direção hidráulica, pneus novos, documentação em ordem, sem motorista, com quilometragem livre, com ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidros e trava elétrica nas portas, sistema de alarme, airbags dianteiros (motorista e passageiro), sistema de freios ABS, película de acordo com a legislação, protetor de cárter, equipamento de som AM/FM/MP3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
10	Locação de veículo do tipo Ônibus: executivo ou equivalente, capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros, novo ou seminovo, combustível: óleo diesel, dotado de todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito e suas alterações. - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SV	12	14.225,00	170.700,00
11	LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICROONIBUS Especificação: locação de ônibus não excedendo 10 (Dez) anos de fabricação, com capacidade para 25 passageiro, com quilometragem livre (sem condutor), motorização igualou superior 2.8, potência mínima de 140 cv, movido a diesel, ar condicionado, com uma porta lateral, equipado com itens de segurança devidamente regulamentados pelo contran - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SV	12	11.551,00	138.612,00
12	Locação de automóvel tipo utilitário, 05 (cinco) portas, capacidade para 07 (sete) passageiros, incluindo o condutor, 5 (cinco) marchas a frente e 1 (uma) a ré, motor igual ou superior a 1.8, movido a etanol e/ou gasolina, ar-condicionado, direção hidráulica, equipado com itens de segurança devidamente regulamentados pelo contran, com no máximo 12 (doze) anos de fabricação, sem motorista e semcombustível, quilometragem livre, com manutenção corretiva e preventiva inclusa.	SV	12	6.496,00	77.952,00
13	Locação de veículos tipo Microônibus/Van com capacidade mínima de 16 lugares, motor à diesel, fabricação nacional, dotado de todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito.	SV	12	11.332,00	135.984,00
Valor Total					1.457.484,00

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1 O Termo de Referência;
1.3.2 O Edital da Licitação;
1.3.3 A Proposta do contratado;
1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é POR 12 (DOZE) MESES, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sançõesde declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92,IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de **R$ 1.457.484,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais).**

Deus Seja Louvado!

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da formalização do ajuste.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA,exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Deus Seja Louvado!

8.10 A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.

8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuraçãode descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado aterceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execuçãodo objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a datada entrega, os motivos que impossibilLOTE o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Deus Seja Louvado!

9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindoas determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condiçãode aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10 CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92,XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou aofuncionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivojustificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: i.**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021); ii.**Impedimento**

Deus Seja Louvado!

de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subLOTE acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade maisgrave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subLOTE acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
2. Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30.% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n 14.133, de 2021.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigaçãode reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Leinº 14.133, de 2021).

11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditórioe a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art.158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leisde licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoajurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou dedireito, com

Deus Seja Louvado!

o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no CadastroNacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, daLei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) mesesde antecedência desse dia.

12.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subLOTE ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizadotermo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 Indenizações e multas.

12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Deus Seja Louvado!

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Gestão/Unidade: Orçamento Geral do Município: Elemento Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Fonte: 500 – Recursos não vinculados de impostos. Programa Atividade: 26.782.0666.2061.0090 – Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais e Rodoviário.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrerno prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum de SIMÕES – PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CARIDADE DO PIAUÍ – PI, 15 de abril de 2025.

CLEIVANILSON JOSE DE CARVALHO:80526195304

Assinado de forma digital por CLEIVANILSON JOSE DE CARVALHO:80526195304
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2025.001.20474

CLEIVANILSON JOSÉ DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL DE CARIDADE DO PIAUÍ– PI
CONTRATANTE

REGIANO OLIVEIRA DE JESUS:27911397880

Assinado de forma digital por REGIANO OLIVEIRA DE JESUS:27911397880

R6 CONSTRUCOES E LOCACOES LTDA - EPP
CNPJ/MF sob nº **21.430.072/0001-49**
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

RG/CPF:..... RG/CPF:.....

Deus Seja Louvado!